



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

JAQUELINE BRÍGIDA SOUZA ANJOS

**O OLHAR GEOGRÁFICO SOB AS LENTES DO APOLÍNEO E DO DIONISÍACO:
A TENSÃO ENTRE ORDEM E DIFERENÇA NA GEOGRAFIA**

Recife

2023

JAQUELINE BRÍGIDA SOUZA ANJOS

**O OLHAR GEOGRÁFICO SOB AS LENTES DO APOLÍNEO E DO DIONISIÁCO:
A TENSÃO ENTRE ORDEM E DIFERENÇA NA GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Departamento de Ciências Geográficas
para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes

Recife
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Souza Anjos, Jaqueline Brígida.

O OLHAR GEOGRÁFICO SOB AS LENTES DO APOLÍNEO E DO
DIONISÍACO: A TENSÃO ENTRE ORDEM E DIFERENÇA NA
GEOGRAFIA / Jaqueline Brígida Souza Anjos. - Recife, 2023.

46 p.

Orientador(a): Rodrigo Dutra Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Bacharelado, 2023.

1. Apolíneo e Dionisíaco. 2. Geografia da Diferença. 3. Ordem e Diferença. I.
Dutra Gomes, Rodrigo. (Orientação). II. Título.

120 CDD (22.ed.)

JAQUELINE BRÍGIDA SOUZA ANJOS

**O OLHAR GEOGRÁFICO SOB AS LENTES DO APOLÍNEO E DO DIONISÍACO:
A TENSÃO ENTRE ORDEM E DIFERENÇA NA GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Departamento de Ciências Geográficas
para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Aprovado em: 04/10/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes
1º Examinador/Presidente

Me. Gabriel Augusto Coelho de Santana
2º Examinador

Me. Everton Barbosa da Luz
3º Examinador

*A minha família materna.
Especialmente,
meus avós Maria do Carmo e Cornélio,
minha mãe Maria de Jesus
e minha tia Carlucia Sousa.
Minhas bases.*

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço à minha família por sempre ter apoiado e incentivado minha vontade de ingressar na universidade. Sem eles não teria chegado até aqui. Já fazem 6 anos que saí de casa em busca de um diploma, mas não só disso: saí em busca de um encontro com o mundo e as possibilidades que eu poderia agarrar no caminho. E em todo esse tempo minha família foi a base de tudo.

Sou imensamente grata ao professor Rodrigo Dutra por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa desde 2019, foi no Grupo de Pesquisa em Epistemologia e História do Pensamento Geográfico (GEHPEG) que pude ampliar meus horizontes, discutir e refletir sobre as inquietações que cercavam minha mente de futura pesquisadora. Sei que sem o apoio dele eu não teria acreditado que estudar Nietzsche dentro da Geografia seria possível e enriquecedor tanto para minha trajetória pessoal quanto para contribuir com um novo olhar dentro da ciência geográfica.

Além disso, não poderia deixar de agradecer aos meus companheiros de grupo de estudos: Milka, Marina, Clara, Gustavo e todos os outros que sempre estiveram unidos e apoiando uns aos outros durante a graduação. Tenho certeza que todas as discussões de textos foram essenciais para construir o arcabouço teórico que possuo hoje e a diversidade de olhares sobre a história do pensamento geográfico.

Expresso minha gratidão à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que, por mais conturbada e intensa que tenha sido, me proporcionou uma experiência transformadora e que jamais irei esquecer. Foram inúmeros desafios para chegar até aqui e todos valeram a pena.

Por fim, agradeço ao meu companheiro Gabriel por ter dividido esses últimos anos comigo, me acolhido e abraçado nos momentos mais difíceis dos dois últimos anos que não foram os melhores e não ter me deixado desistir do que me move: a sede por conhecimento.

Obrigada a todos, todas e todes por segurarem a minha mão e não me deixarem desistir desse sonho.

“Como poderíamos nós, após tais visões, e com tal voracidade de ciência e consciência, satisfazermo-nos com o homem atual?” - A Gaia Ciência.

Nietzsche, 2017, §382)

RESUMO

As manifestações da ordem e da diferença na Geografia ocorrem de maneiras singulares e diversas durante a trajetória do pensamento geográfico. Aqui, essas duas categorias remetem a duas noções filosóficas do pensamento nietzschiano: o apolíneo e o dionisíaco. Nesse movimento, essas duas noções quando associadas às análises espaciais contribuem para um diagnóstico epistemológico pautado em distintas visões de natureza e, portanto, do espaço geográfico. Este trabalho tem como meta discutir e identificar de que forma os conceitos de apolíneo e dionisíaco se relacionam com as ideias de ordem e diferença e como eles se encontram dentro da Geografia Clássica e Contemporânea. Para o trabalho, em desenvolvimento, foi aplicada uma pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos nietzschianos, dos conceitos de região e paisagem no contexto da Geografia Clássica e, por fim, das abordagens da diferença dentro do pensamento geográfico contemporâneo. Aqui a crítica à noção apolínea e a valorização da perspectiva dionisíaca, no que diz respeito ao sujeito e ao espaço, não é uma luta contra a ordem, a universalidade ou a padronização, mas sim uma tentativa de reconhecer a paridade da diferença em relação à ordem. Reconhecer que a diferença é uma garantia do surgimento de novas multiplicidades, diversidades e expressões distintas no espaço, traz à tona elementos mais íntimos e subjetivos, relacionados não só ao concreto/material, mas também ao simbólico que nasce da relação sujeito-espaço.

Palavras-chave: Epistemologia da Geografia; Apolíneo e Dionisíaco; Geografia da Diferença

ABSTRACT

The manifestations of order and difference in Geography occur in unique and diverse ways during the trajectory of geographical thought. Here, these two categories refer to two philosophical notions of Nietzschean thought: the Apollonian and the Dionysian. In this movement, these two notions when associated with spatial analyses contribute to an epistemological diagnosis based on different visions of nature and, therefore, of geographical space. This work aims to discuss and identify how the concepts of Apollonian and Dionysian relate to the ideas of order and difference and how they are found within Classical and Contemporary Geography. For the work, in development, a bibliographic research was applied about the Nietzschean concepts, the concepts of region and landscape in the context of Classical Geography and, finally, the approaches to difference within contemporary geographical thought. Here the critique of the Apollonian notion and the valorization of the Dionysian perspective, with regard to the subject and space, is not a struggle against order, universality or standardization, but rather an attempt to recognize the parity of difference in relation to order. Recognizing that difference is a guarantee of the emergence of new multiplicities, diversities and distinct expressions in space, brings to light more intimate and subjective elements, related not only to the concrete/material, but also to the symbolic that is born from the subject-space relationship.

Keywords: Epistemology of Geography; Apollonian and Dionysian; Geography of Difference

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. | |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. METODOLOGIA | 11 |
| 3. O APOLÍNEO E O DIONISÍACO NA PERSPECTIVA NIETZSCHIANA | 11 |
| 3.1. Apolo e Dionísio: opostos complementares..... | 12 |
| 3.2. As noções de apolíneo e dionisíaco em diálogo com a ordem e a diferença..... | 14 |
| 3.3. O encontro do apolíneo e dionisíaco na Geografia..... | 17 |
| 4. O IDEAL APOLÍNEO E A GEOGRAFIA CLÁSSICA | 21 |
| 4.1. As bases da Geografia Clássica..... | 21 |
| 4.2. Os conceitos de região e paisagem: unidade, harmonia e totalidade..... | 23 |
| 4.3. A unidade da diversidade/ harmonia das diferenças: uma tentativa de integração da complexidade da paisagem em Humboldt..... | 30 |
| 5. GEOGRAFIA DA DIFERENÇA: MULTIPLICIDADES, RITMOS E LOCALIDADES ESPACIAIS | 32 |
| 5.1. A emergência da diferença na Geografia..... | 33 |
| 5.2. Encontros da diferença: multiplicidades, ritmos e localidades espaciais..... | 35 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| 8. REFERÊNCIAS | 41 |

1. INTRODUÇÃO

As manifestações da ordem e da diferença na Geografia ocorrem de maneiras singulares e diversas durante a trajetória do pensamento geográfico. Aqui, essas duas categorias remetem a duas noções filosóficas do pensamento nietzschiano: o apolíneo e o dionisíaco. Nesse movimento, essas duas noções quando associadas às análises espaciais contribuem para um diagnóstico epistemológico pautado em distintas visões de natureza e, portanto, do espaço geográfico. Assim, a compreensão dessas manifestações de ordem e diferença no espaço possibilita uma abertura dos horizontes geográficos e nos leva a uma nova forma de interpretar os diversos fenômenos espaciais, considerando tanto a ordem quanto a diferença nos processos de produção do espaço.

Ciente disso, considerando a relação entre a ordem e a diferença dentro da ciência, podemos nos questionar: Como os conceitos de apolíneo e dionisíaco se relacionam com as ideias de ordem e diferença dentro da história do pensamento geográfico? Além de: que forma os conceitos de apolíneo e dionisíaco de Nietzsche se relacionam com a Geografia? Como se encontram as noções de unidade, harmonia e totalidade na Geografia Clássica sob o olhar do apolíneo? E, ainda, como se apresentam as noções de multiplicidade, ritmo e localidade na Geografia a partir da perspectiva dionisíaca?

OBJETIVOS

GERAL: Identificar de que forma os conceitos de apolíneo e dionisíaco se relacionam com as ideias de ordem e diferença e como eles se encontram dentro da Geografia Clássica e Contemporânea

ESPECÍFICOS:

- Apresentar os conceitos de apolíneo e dionisíaco em Nietzsche, considerando suas possíveis associações com o Espaço Geográfico;
- Compreender como as noções apolíneas de unidade, harmonia e totalidade se manifestam na Geografia Clássica a partir dos conceitos de região e paisagem;
- Analisar como as noções dionisíacas de multiplicidade, ritmo e localidade se manifestam na Geografia Contemporânea considerando a abordagem da Geografia da Diferença.

2. METODOLOGIA

Em um primeiro momento, a discussão desse trabalho será direcionada aos pressupostos filosóficos das noções de apolíneo e dionisíaco advindos do pensamento de Friedrich Nietzsche uma vez que os mesmos se encontram associados às categorias da ordem e da diferença. Em seguida, a discussão caminhará para a análise espacial com a pretensão de localizar a ideia de ordem através das noções de harmonia, totalidade e unidade em termos de Geografia Clássica, buscando nos conceitos de região e paisagem as influências da perspectiva apolínea tratada na filosofia de Nietzsche e que estão presentes nessas categorias geográficas através dos pressupostos e paradigmas da época.

E de forma oposta e complementar, no último capítulo, as noções de multiplicidade, ritmo e localidade serão situadas no pensamento geográfico contemporâneo, principalmente nas correntes geográficas que tem como enfoque os estudos das relações entre o sujeito e o espaço, no entanto sem se limitar a essas abordagens. Localizando essas noções em conjunto com a ótica dionisíaca, evidenciando a manifestação da diferença em tais perspectivas e abordagens dentro da Geografia Brasileira Contemporânea.

Quanto aos procedimentos metodológicos, eles consistiram em pesquisas qualitativas. Para cumprir os objetivos das sessões do trabalho, de cunho filosófica e epistemológica, haverá o aprofundamento das pesquisas bibliográficas com leituras e reflexões contextuais sobre: os conceitos de Nietzsche (1992); os pressupostos da Geografia Clássica (CLAVAL, 2011; CASTRO et al., 2003; MORAES, 1986), focando nos conceitos de região e paisagem (HARTSHORNE, 1978; VIDAL DE LA BLACHE, 1954; CORRÊA, 1986; HUMBOLDT, 1965; VITTE, 2007); e a abordagem da Geografia da Diferença no contexto do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo (MOREIRA, 1999; HAESBAERT, 1999; RATTTS, 2020; NUNES, 2014). As ideias desses autores serão discutidas e dialogadas ao longo dos capítulos.

3. O APOLÍNEO E O DIONISÍACO NA PERSPECTIVA NIETZSCHIANA

O pensamento ocidental, em meados do início do século XX, foi profundamente marcado pelas ideias do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), cujas ideias desafiavam as convenções, trazendo uma abordagem inovadora e também considerada controversa por muitos estudiosos da época. A escrita provocadora de Nietzsche e seu estilo de pensamento único são tidos como desafios, provocações e questionamentos profundos

sobre nossas próprias crenças e pressupostos, instigando uma abordagem ativa e crítica na busca pelo sentido e autenticidade.

Filosofando através de aforismos Nietzsche rompe com as regras da racionalidade científica. Para ele, escrever o que lhe vem à cabeça é mais importante do que se preocupar com meras normas consideradas o padrão. A naturalidade com que escreve o que está pensando no momento traz à tona as subjetividades que cercam o pensamento. Seus escritos têm relação maior com as oscilações da vontade que rege cada um do que com a razão e seus modelos de pensamento. Apesar disso, o filósofo, em momento algum, descarta a racionalidade do pensamento, pois para ele não há necessidade de uma dicotomia entre ordem e desordem, mas sim de uma complementaridade dos dois elementos como veremos mais adiante.

Para Nietzsche, a máxima da filosofia se encontra na Grécia Arcaica através da arte trágica. O pensamento pré-socrático tem suas bases no devir, na vida como transformação constante e sem verdades absolutas. E é na tragédia grega que ele vai encontrar um ponto de equilíbrio entre razão e emoção, em que a harmonia e o caos possam coexistir. Segundo Nietzsche (1992), a tragédia tem o papel de encenar a reconciliação do ser humano com a vida, aproximando o sujeito dos fenômenos. Dessa forma, a tragédia evidencia uma condição em que o sofrimento não precisa ser afastado, mas sim deve ser afirmado como parte do todo, parte da vida. Nesse sentido, as contradições que nos cercam não precisam mais ser sintetizadas, pois são postas em evidência, se tornam parte de nós e de nossa trajetória. A arte trágica, portanto, proporciona uma afirmação da vida mesmo em seus momentos mais baixos, nos tornando capazes de afirmar a vida através da luta constante entre as forças que ele denomina apolíneas e dionisíacas.

3.1. Apolo e Dionísio: opostos complementares

Na mitologia grega, Apolo e Dionísio (ou Dioniso) são filhos de Zeus, cada um com um papel essencial para a existência do ser humano. Apolo carrega os atributos ligados à racionalidade, enquanto o Dionísio tem consigo a loucura e o caos como principal símbolo. Os dois deuses representam as dimensões que estão sempre atuando em conjunto no ser humano, de forma que não é possível estabelecer uma linha que os separe de forma nítida, apesar de, comumente, serem descritos como opostos.

Apolo era considerado o deus da razão, da harmonia, da ordem, o deus da beleza, da aparência, da harmonia das formas e do equilíbrio; também deus das artes, da música, da poesia e da cura. A principal função do deus Apolo era tornar as pessoas conscientes de suas ações, trazendo-as para mais perto do pensamento racional e lógico. Além disso, possuía poder para curar, da mesma forma que poderia criar doenças e espalhar pragas pelo mundo. Essa face de Apolo é uma das mais interessantes, uma vez que poderia agir tanto para bem como para mal, evidenciando o lado mais sombrio de sua personalidade.

Por outro lado, tem-se Dionísio, o deus do vinho, da fertilidade, da embriaguez, da dança; o deus da loucura, do caos, do inconsciente, do êxtase e dos ritos. Dionísio era representado como o protetor daqueles que não se encaixam no convencional, se tornando o símbolo de tudo que é caótico, inesperado e insensato, ou seja, tudo que foge da razão humana e que só pode fazer parte de ações consideradas impulsivas, imprevisíveis e desordenadas. Esse deus aproxima o sujeito das partes mais obscuras do inconsciente humano, evidenciando as incertezas, a imprevisibilidade, os instintos e o corpo.

Assim, pode-se visualizar, com clareza, dois deuses que tanto podem ser opostos como complementares. De modo geral, pode-se afirmar que a razão na cultura ocidental é a base utilizada para estabelecer o modelo correto de se pensar, sob a premissa de que é necessária e essencial para estruturar e desenvolver a sociedade de forma sistemática e organizada. Em contrapartida, o caos desorganiza tais estruturas tão bem estabelecidas sob o crivo da racionalidade, uma vez que não segue as regras pautadas na razão. No entanto, também é possível pensar através de uma perspectiva onde uma categoria não necessariamente exclui a outra - perspectiva que será essencial neste trabalho. Por essa ótica o sujeito carrega o apolíneo e o dionisíaco em si: a razão e a emoção estão lado a lado na existência humana.

A filosofia proposta por Nietzsche é baseada na relação sujeito-mundo. As ideias de apolíneo e dionisíaco nascem da percepção do autor sobre a epopeia e a tragédia, onde, através da ficção, os gregos criaram o mundo dos deuses olímpicos tornando-os seres imortais, mas que também faziam parte do mundo real e não de um mundo das ideias. Em um primeiro momento, se estabelece um mundo ordenado e belo representados pelos deuses e suas características primordiais, no entanto, foi-se percebendo que a epopeia não era suficiente para abranger os aspectos da vida como um todo, e assim os gregos dão um passo à frente: visualizam que a vida não é totalmente harmoniosa, mas também conflituosa. E ao afirmar os conflitos, eles resgatam o excesso, a desordem, as incertezas, as multiplicidades,

dando lugar a arte trágica que enfrenta o sofrimento da existência e passa a representar a dor e a alegria, a vida e a morte através do teatro (MOSE, 2019).

Dessa forma, de um lado temos um conjunto de valores que ameniza a dor da existência humana a partir da ideia de beleza, unidade, estabilidade, entre outras voltadas à racionalidade; em contrapartida temos um pensamento potencializador da força vital a partir das contradições humanas. Nessa perspectiva, como ressalta Mosé (2017), pode-se dizer que existem duas formas de se relacionar com a natureza: no primeiro caso existe um afastamento na relação do ser humano com a natureza devido ao predomínio da racionalidade; no segundo tem-se uma relação em que o ser humano está mais próximo da natureza, é parte dela. Considerando essas duas noções, no pensamento de Nietzsche, os instintos, o corpo e a percepção eram valorizados tanto quanto a ordem, a harmonia e a consciência. Pensando o apolíneo e o dionisíaco enquanto representações de forças artísticas primordiais pode-se afirmar que eles evocam uma relação intrínseca entre natureza e cultura, vida e arte (REZENDE, 2020).

Por fim, Nietzsche, em suas discussões acerca da luta de forças entre o apolíneo e o dionisíaco, ressalta que sua visão não é limitada apenas a escolha de um lado do embate em questão, mas se trata de uma perspectiva em que as forças se complementam e em um cenário de equilíbrio dessas forças seria possível uma expressão da relação entre o humano e a natureza de uma forma proporcional no que diz respeito a razão e a subjetividade. Assim, para ele nenhuma criação artística pode ser puramente apolínea (pautada apenas na racionalidade) e nem pode ser puramente dionisíaca (pautada apenas na desordem), é necessário que haja um equilíbrio entre os dois opostos, por isso uso aqui o termo “opostos complementares”. O filósofo afirma que o dionisíaco fornece a criatividade e o apolíneo fornece a harmonia, ambas necessárias para a criação de algo belo, sendo possível, através dessa união de forças, a expressão da tragédia grega.

3.2. As noções de apolíneo e dionisíaco em diálogo com a ordem e a diferença

O uso das duas noções nietzschianas neste trabalho ocorre em diálogo com duas categorias que serão basilares para as discussões seguintes: a ordem e a diferença. Os pressupostos dessa discussão alinham a noção de apolíneo com a ideia de ordem e a noção do dionisíaco com a ideia de diferença. É importante ressaltar que a ideia de diferença usada no contexto deste trabalho diz respeito à diferença enquanto categoria produtora de

multiplicidades, diversidades e pluralidades - principalmente direcionado à produção do espaço geográfico.

A associação da noção de apolíneo com o princípio da ordem parte da correlação entre os elementos que caracterizam o deus Apolo e os pressupostos que embasam a ideia de ordem. Para Nietzsche, Apolo por si só é a personificação da ordem. Nesse contexto, o apolíneo valoriza a organização, a estruturação e a disciplina: elementos importantes para que a ordem se estabeleça. As muitas expressões da ordem e do apolíneo estão fundamentadas sob os mesmos princípios: estabilidade, harmonia e unidade.

Na expressão artística apolínea as representações expressam a beleza por meio de formas precisas, limites bem definidos e proporções minuciosamente calculadas. Esse arranjo tem por objetivo alcançar a harmonia, evidenciando a ordem como um atributo primordial do apolíneo, seja no contexto artístico ou filosófico. Pode-se pensar essa correlação apolíneo-ordem também no âmbito da vida humana, especialmente quando se trata da busca por estabilidade, controle e previsibilidade. Nesse caso, a ordem representa uma forma de lidar com a existência e a complexidade do mundo através da racionalidade, da compreensão e da sensação de clareza que a ordem representa. Não é coincidência as máximas que representam Apolo se manifestarem nas expressões “conhece-te a ti mesmo” e “nada em demasia”¹. Segundo Nietzsche (1992),

“Esse endeusamento da individuação, quando pensado sobretudo como imperativo e prescritivo, só conhece uma lei, o indivíduo, isto é, a observação das fronteiras do indivíduo, a medida no sentido helênico. Apolo, como divindade ética, exige dos seus a medida e, para poder observá-la, o autoconhecimento. E assim corre, ao lado da necessidade estética da beleza, a exigência do ‘Conhece-te a ti mesmo’ e ‘Nada em demasia’, ao passo que a auto-exaltação e o desmedido eram considerados como os demônios propriamente hostis da esfera não-apolínea” (p. 40).

Sendo assim, na visão apolínea, o excesso é considerado desequilíbrio e deve ser controlado/ordenado, pois somente assim é possível exercer o pensamento racional e consciente de forma confiável. E para garantir que a ordem seja exercida e bem sucedida, é necessário o uso de ferramentas fundamentais para a promovê-la, tais como as normas sociais, leis e regulamentos, sistemas de justiça, instituições governamentais, planejamento urbano, entre outros — até mesmo a ciência e seus métodos, tendo em vista sua função de sistematizar o conhecimento. Assim, a ordem é um esforço constante para estabelecer um cenário racional e coerente, no qual a organização proporcione um bom funcionamento social.

¹ Essas expressões estavam inscritas no Templo de Apolo em Delfos, na Grécia.

Por outro lado, a perspectiva dionisíaca pode ser vista como uma possibilidade de escapar da divisão, da individualidade associada ao apolíneo e ir em direção à integração da parte com o todo (MACHADO, 2005). Nesse caso, as manifestações ocorrem por meio da vibração, do desmedido, do autêntico, da imanência, por exemplo através da música. No resgate do dionisíaco encontra-se a valorização da arte e não mais do conhecimento racional. Portanto, essa noção conecta o sujeito aos acontecimentos mais banais do cotidiano até as experiências que formam e que cercam a vida humana de sentido; o dionisíaco é onde a experiência se torna subjetiva, complexa, múltipla.

A partir disso, relacionar a noção dionisíaca com a ideia de diferença parte do pressuposto de que tanto um quanto o outro tem como base a multiplicidade, o ritmo e a contradição. Nesse caso, o dionisíaco está ligado à natureza irracional, instintiva e caótica, tanto da experiência humana quanto do universo, ele é uma expressão das emoções incontroláveis, do instinto primordial e do sentimento de conexão com a natureza (MOSE, 2019); é uma representação da dimensão mais visceral da existência. No contexto da ideia de diferença, o dionisíaco se manifesta através da celebração das diversidades próprias da experiência e expressão humanas, reconhecendo a complexidade e a multiplicidade como elementos intrínsecos à natureza².

Assim como a diferença, o dionisíaco reconhece a multiplicidade de perspectivas, emoções e experiência possíveis dentro de um único espaço. A diversidade cultural e individual é respeitada na diferença, as práticas menos convencionais e fora dos padrões são tão relevantes quanto a hegemonia imposta pela ordem, pois ambos valorizam e abraçam a exterioridade, a multiplicidade, a instabilidade e o conflito que cada sujeito e fenômeno carrega.

Por fim, as analogias feitas aqui revelam aspectos excepcionais de cada uma das noções propostas por Nietzsche evidenciando como elas refletem aspectos da condição humana e como se manifestam e se perpetuam no mundo. A dicotomia apolíneo-dionisíaco vai além de uma simples oposição (assim como ordem-diferença), uma vez que ao explorar as forças opostas e complementares que esculpem a existência humana, essas duas pulsões estão sempre em um movimento de luta, no qual “uma infinidade de forças estão sempre atuando,

² Vale ressaltar que ao usar o termo “natureza” quando relacionado ao dionisíaco inclui-se também o ser humano ao lado de todos os outros elementos que fazem parte do universo.

se chocando, se confrontando, dominando e se submetendo, para que um mínimo acontecimento, um mínimo corpo se manifeste” (MOSE, 2016, p. 96).

3.3. O encontro do apolíneo e dionisíaco na Geografia

A discussão e aplicação dos conceitos de apolíneo e dionisíaco podem ser relacionados a diversos temas e estudos, tanto nas ciências naturais quanto nas ciências humanas e sociais, e o foco do olhar sobre essas duas noções resulta em diferentes reflexões enriquecedoras para a construção do pensamento. Por ora, é o encontro dessas duas noções com a Geografia que se torna o foco dessa discussão, com o intuito de evidenciar de que maneira esses elementos são encontrados nos fenômenos espaciais e como ocorre a relação deles com temáticas dessa disciplina.

De forma breve, destacam-se, sob o ponto de vista apolíneo, que envolve ordem, clareza, racionalidade e controle, os temas da Geografia referentes à organização espacial, planejamento urbano, zoneamento, sistemas de informação geográfica, geografia da população, território e cartografia — os temas citados têm relação com a ideia de ordem discutida na sessão anterior. Ou seja, o apolíneo se configura como uma força que ordena o espaço, limita as áreas, mensura os fenômenos, define as regiões, organiza e divide o território, mapeia precisamente a superfície terrestre e tantas outras maneiras de tornar o espaço geográfico mais ordenado e harmônico. Percebe-se que as representações do espaço sob o olhar apolíneo, evidenciam e valorizam aspectos mais próximos da racionalidade, tornando a interpretação geográfica mais técnica e analítica. Essa abordagem reflete também os pressupostos vigentes em cada momento da história do pensamento geográfico.

No que se refere a manifestação do dionisíaco no espaço geográfico, pode-se destacar os temas ligados à cultura, diversidade e arte. Seja em celebrações culturais, espaços de performances ou de expressão espontânea como os parques, até mesmo templos religiosos ou ambientes naturais fortemente marcados por vivências individuais ou coletivas. O dionisíaco se encontra no espaço a partir das experiências humanas na diferença. Façamos uma breve trajetória do pensamento geográfico para entender como cada momento pode ser associado a essas duas noções nietzschianas.

Na Geografia da Antiguidade, a descrição das paisagens terrestres e dos territórios, além dos relatos das experiências cotidianas e de expedições, era um dos focos dos estudos realizados. Desde Homero escrevendo seus poemas sobre as guerras gregas a Heródoto

descrevendo as regiões e países por onde passou; ou de Aristóteles e sua contribuição ao estudar a esfericidade da Terra até o desenvolvimento do sistema geocêntrico proposto por Ptolomeu e da descrição das expedições de Estrabão (SANTOS, 2004), todas essas perspectivas terrestres passam uma noção apolínea do espaço geográfico. Segundo Gomes, em referência as cosmografias desenvolvidas por Ptolomeu e as descrições regionais corográficas de Estrabão, “[...] foi através delas que a geografia considerou que era sua a tarefa de produzir imagens do mundo, de compreender sua organização e de decifrar sua ordem; em suma, de veicular uma cosmovisão”. (2007, p. 129).

Posteriormente, surge, na época moderna, a razão apoiada não mais nos mitos ou na metafísica, mas no conhecimento científico e seus métodos. Assim, a descoberta e consolidação da verdade partem desse poder original e primitivo fundamentado na ordem (CASSIRER, 1997). O sistema moderno se proclama como a única via para alcançar um mundo verdadeiramente humano, em que a ordem, equilíbrio, civilização e progresso são noções chaves desse pensamento. Somente nesse modelo o desenvolvimento e o progresso geral seria possível. Assim, a ciência adquire um novo papel na produção sistemática do conhecimento (SANTOS, 2009). Nesse cenário, a ordem apolínea possibilita o aperfeiçoamento do conhecimento científico.

Pode-se pensar na manifestação do apolíneo no pensamento geográfico principalmente na Geografia Tradicional (também conhecida como Geografia Clássica), sob influência do positivismo, em que os pilares dessa corrente são o determinismo geográfico, o possibilismo e o método regional. No caso do determinismo geográfico, a base desta concepção está na hipótese de uma ordem global e racional que se manifesta pelas regularidades dos fenômenos, determinando os padrões culturais de um determinado local e seu desenvolvimento social — explicadas a partir dos estudos das influências (MORAES, 1986). Em contrapartida, o possibilismo apresenta um viés em que o ser humano é um ser ativo na natureza e não mais passivo como no determinismo, pressupondo que o homem recebe influências do meio, no entanto, também atua sobre este. Nesse caso, o modelo descritivo deixa de ser rígido e torna-se flexível, uma vez que as especificidades de cada região deveriam ser analisadas em suas particularidades (SANTOS, 2009). Aqui podemos começar a observar uma abertura para estudos em que o ser humano faz parte da análise (mesmo que os estudos considerassem apenas a relação sujeito-meio e não as relações entre os sujeitos), de forma que se aproxima aos poucos de uma visão que abarca tanto o apolíneo quanto o dionisíaco (ainda que de maneira superficial e limitada).

Ainda no pensamento geográfico tradicional, no recorte do surgimento da Geografia Moderna, Humboldt e Ritter trazem novos olhares para a relação entre homem e natureza. Humboldt, através das descrições de expedições naturalistas, tentava reunir um conjunto de informações de maneira sistemática para alcançar a síntese. Já Karl Ritter buscava a harmonia entre a ação humana e os propósitos divinos (expressados na natureza), estudando a individualidade dos lugares e comparando-os, concebendo o conhecimento geográfico como capaz de entender a relação lógica entre o todo e suas partes (SANTOS, 2009). Em ambos os casos, tem-se uma procura pela unidade, um pela síntese e o outro pela comparação.

Posteriormente, com a crise do positivismo no final do século XIX, pode-se pensar no surgimento da Geografia Regional como um modelo que solucionaria o problema das dicotomias geográficas. Sob influência do historicismo, a Geografia Regional e seu método regional trazem para a ciência geográfica o caráter de ciência síntese capaz de abranger tanto os aspectos físicos como os aspectos humanos, assim como as particularidades e as totalidades de uma área (GOMES, 2007). Dentro dessa abordagem, a busca de padrões, definição de categorias e estruturas nas características de uma região pode ser associado ao apolíneo. Por outro lado, a abordagem regional também incorpora aspectos do dionisíaco, uma vez que aborda também as relações humanas com seu espaço — principalmente questões relacionadas à população. Portanto, em um primeiro momento, pode-se entender a Geografia Regional como uma tentativa de equilíbrio entre o apolíneo (aspectos naturais) e o dionisíaco (aspectos humanos).

Pós-década de 50 a ciência neopositivista aplicada na Geografia trouxe como fundamento de verdade a busca pela universalidade das leis da natureza – a Nova Geografia. Para se chegar a verdade seria necessário (1) aplicar a lógica formal, ou pelo método empírico-indutivo ou pelo hipotético-dedutivo, (2) primar pela objetividade ao excluir toda a arbitrariedade e subjetividade, (3) pelo naturalismo construir formulações com base em fatos, ou seja, com base em dados experimentalmente controlados e testados. Por este caminho se atingiria a verdade pelas descobertas de leis científicas. Ou seja, a verdade neste caso está mais próxima daquela ligada a noção apolínea.

Procurando romper tanto com a Geografia Tradicional como com a Nova Geografia, a Geografia Crítica propõe um novo modelo de análise espacial considerado rigorosamente científico e ao mesmo tempo revolucionário. A partir do método dialético e das fortes influências do materialismo histórico, ambos princípios marxistas, a Geografia Crítica (ou

Radical) é uma corrente geográfica interessada na análise dos modos de produção e das formações sócio-econômicas, tornando-se ativa em relação aos problemas sociais. Para os geógrafos críticos, a vida social deve ser interpretada através da dinâmica da luta de classes, assim como a transformação das sociedades através do desenvolvimento histórico de seu sistema produtivo (SANTOS, 2009). E nesse caminho procuram desvendar as relações de dominação, exploração e marginalização existentes nos espaços geográficos. Nesse sentido, a Geografia Crítica se aproxima do dionisíaco na medida em que desafia as estruturas de poder existentes, expõe as desigualdades subjacentes e revela um espaço que suprime as necessidades de determinados grupos sociais.

Na década de 1970, surge a Geografia Humanista, corrente embasada nas filosofias do significado, tais como a Fenomenologia e o Existencialismo. A Geografia Humanista rompe com os pensamentos pautados na lógica positivista. Os pressupostos fenomenológicos que apoiam essa corrente geográfica são: subjetividade, intuição, sentimentos, experiência, simbolismo, evidenciando o singular (SANTOS, 2009). Dessa maneira, considera-se não só os aspectos físicos do espaço, mas também os sentimentos construídos através das experiências naquele espaço. Nesse caso, o sujeito e sua existência no espaço são o foco de análise. Ao invés de explicar o mundo real, os humanistas buscavam compreendê-lo. O lugar se torna o conceito chave dessa corrente, uma vez que muitos geógrafos passaram a considerar o espaço enquanto espaço vivido. A valorização das narrativas individuais, o reconhecimento de que a relação das pessoas com o espaço não pode ser reduzida a uma única dimensão objetiva e a compreensão da complexidade das relações humanas no espaço resgatam o caráter dionisíaco capaz de reconhecer a multiplicidade de emoções e impulsos humanos presentes nas relações espaciais.

Refletindo o contexto geográfico atual, pode-se dizer que a relação sociedade-natureza gerou novos processos sócio-espaciais que exigem o constante repensar das práticas e concepções geográficas. O paradigma da Geografia Contemporânea se molda através da relação homem-natureza e sociedade-natureza – relações dinâmicas e complexas — e dos novos sistemas gerados a partir dessa relação. Nesse contexto, a sociedade atua sobre a natureza, apropriando-se, transformando-a e possibilitando uma nova natureza (que não é idêntica à original, mas que tem características originais em conjunto com novas). E do mesmo modo que a natureza se transforma e se reconstitui, as sociedades também se metamorfoseiam. Uma das dificuldades metodológicas da atualidade é estabelecer, de forma precisa, o objeto da Geografia devido aos processos de transformações espaciais — que são

determinados pela inter-relação sociedade-natureza — dinâmicos e complexos (SANTOS, 2009).

No cenário da Geografia Contemporânea Brasileira, pode-se citar três tendências principais: Geografia Física, Geografia Social e Geografia Cultural. A Geografia Física tem estudado os diversos efeitos que levam o ser humano a agir sobre a natureza, discutindo elementos de uma eco-climatologia. Já a Geografia Social tem desenvolvido e contribuindo grandemente com as análises marxistas do espaço geográfico. E a Geografia Cultural vem estudando cada vez mais as multiplicidades associadas à experiência humana no espaço (SANTOS, 2009). Pode-se afirmar que essas tendências atuais se enquadram em uma produção de conhecimento que considera e fomenta a abordagem da diferença em suas análises.

Em suma, o encontro do apolíneo e do dionisíaco com a Geografia ocorre, como foi possível observar, de diversas maneiras em diversos momentos da história do pensamento geográfico. Ora está mais para o lado da razão, ora pende um pouco mais para o lado subjetivo e às vezes até estabelece uma relação de equilíbrio entre as duas noções. Assim, fica clara a dinâmica e manifestação do apolíneo e do dionisíaco no espaço.

4. O IDEAL APOLÍNEO E A GEOGRAFIA CLÁSSICA

Neste capítulo o ideal apolíneo será explorado no recorte da Geografia Clássica a partir dos conceitos de região e paisagem discutidos em associação com três noções basilares no apolíneo: unidade, harmonia e totalidade. A proposta é discutir os dois conceitos geográficos com o intuito de instigar reflexões sobre o processo de consolidação dos mesmos em função dos ideais paradigmáticos em que estão inseridos e como tais princípios moldaram o pensamento geográfico.

4.1. As bases da Geografia Clássica

O saber geográfico tem origens mais antigas do que parece, alguns autores chegam a afirmar que seu início remonta às primeiras comunidades gentílicas. Por outro lado, o título “geografia” passou a ser utilizado apenas na Antiguidade Clássica, sendo fruto do pensamento grego (ROCHA, 1997). Assim, as bases da Geografia Clássica resultam de concepções como a descritiva e a matemática — abordagens que contribuíram para o estabelecimento de uma geografia científica.

É de suma importância pontuar a contribuição dos gregos e romanos para a construção da Geografia Ocidental, visto que eles foram os primeiros a registrar e sistematizar os conhecimentos geográficos. Estrabão e Ptolomeu fazem parte desse grupo de estudiosos responsáveis por grandes contribuições ao processo de formação da geografia científica. De um lado tem-se o grego Ptolomeu era simpatizante da geografia matemática, ele utilizava a astronomia, a cartografia e a cosmografia para alcançar uma representação geral da Terra. Em contrapartida, Estrabão rompe com a geografia matemática, pois não acreditava em uma geografia puramente astronômica e cartográfica. Ele percorreu o quase todo o mundo e graças a suas viagens ele conseguiu produzir uma geografia descritiva (ROCHA, 1997).

Com base no modelo de Estrabão, a descrição de novos territórios (a chamada corografia) foi fundamental para a consolidação da geografia científica. Assim como o de Ptolomeu, uma vez que a cosmografia associada à cartografia possibilitaram a sistematização de dados e conhecimento necessários para a época — marcada pelas grandes navegação oceânica, exploração dos mares, de rotas e terras desconhecidas e outros estudos geográficos importantes (ROCHA, 1997).

Nesse movimento, o conhecimento geográfico foi se edificando através de múltiplas perspectivas e influências ao longo da sua trajetória, Suertegaray (2005) afirma que

“(...) no seu início (anos de 1870), a Geografia como ciência autônoma foi influenciada pelo positivismo, mas também pelo historicismo e, mais adiante, pelo funcionalismo/estruturalismo. Esta influência, retomando nossa linha histórica, vai dar suporte ao que hoje denominamos de Geografia Clássica, que tem sua hegemonia questionada a partir dos anos 50 (p. 12).

Para este trabalho, há o destaque de dois momentos julgados importantes dentro do pensamento geográfico clássico que se referem a duas visões de Geografia: 1) a Geografia como uma ciência de observação a partir do conceito de paisagem, considerando ideias como totalidade da natureza, inter-relação de elementos, etc; e 2) a concepção da geografia como estudos das combinações a partir do conceito de região uma vez que representa o momento em que os geógrafos passam a visualizar que os estudos das interações entre os grupos humanos e o meio resultaria em um esquema geral de interpretação (CLAVAL, 2011). A partir desse movimento, revelam-se “as estruturas agrárias, meios humanizados, regiões ou conjuntos de regiões de grande estabilidade”, segundo as descrições feitas por geógrafos inseridos nesse contexto (CLAVAL, 2011, p. 169). Assim, ao dar ênfase aos elementos (os aspectos físicos e humanos) que estruturam a realidade geográfica, a Geografia Humana passa a ser a ciência das configurações espaciais e das formas de organização regional (CLAVAL,

2011). Nesse movimento, os pressupostos dessas visões apareceram conforme a discussão se desdobrar.

4.2. Os conceitos de região e paisagem: unidade, harmonia, totalidade

4.2.1. As noções de região na Geografia Clássica

No contexto da Geografia Clássica, o conceito de região é bem trabalhado e discutido entre os geógrafos, principalmente por Vidal de La Blache, Hettner e Hartshorne. Para entender como este conceito se relaciona com as noções de harmonia, totalidade e unidade (todas ligadas à noção apolínea) será necessária uma breve contextualização do conceito e das diversas concepções atribuídas ao mesmo dentro dessa corrente geográfica.

Segundo Carvalho (2002), a discussão do conceito de região ocorre, em um primeiro momento, a partir de duas abordagens diferentes pautadas em dois problemas-chaves definidores da Geografia. O autor pontua que a primeira abordagem está ligada ao estudo da relação homem-meio e se desenvolve a partir de concepções ambientalistas que, pautadas em metodologias de bases naturalistas, orientaram a construção de conceitos como o de região natural³ (que tem Ratzel como seu defensor) e região geográfica⁴ (cujo principal propagador foi Vidal de La Blache). Em contraponto, a segunda abordagem traz o estudo da diferenciação do espaço na superfície terrestre como uma alternativa para a unificação da Geografia, a partir da utilização das abordagens idiográficas e nomotéticas e do método corológico — também conhecido como método regional (GOMES, 2000). Desse modo, quando se fala de região na Geografia Clássica há de ressaltar duas abordagens muito distintas entre si e que vão moldar as diversas noções de regiões dentro do pensamento geográfico.

O geógrafo francês Vidal de La Blache, de influências naturalistas, defendeu a região enquanto entidade concreta, concebida por si só. Segundo ele, a região estava dada e caberia ao geógrafo delimitá-la e descrevê-la, e assim o papel da Geografia seria definido pela identificação das regiões. A perspectiva lablacheana concebe a região como o meio vivo que possibilita o desenvolvimento das sociedades, de modo que ao utilizar os recursos naturais

³ O conceito de região natural surge de uma concepção determinista da natureza, a partir da ideia de que o ambiente exerce uma certa influência sobre o desenvolvimento da sociedade (GOMES, 2000).

⁴ Para Lucien Gallois, aprendiz de La Blache, a região natural não conseguiria abranger os aspectos humanos presentes nas configurações espaciais. Assim, Gallois designa por região geográfica as regiões naturais transformadas pela atividade humana (CLAVAL, 2011). Esse movimento evidencia a inserção do elemento humano na caracterização das regiões, revelando o processo histórico existente na relação homem-meio e enriquecendo as análises regionais (CARVALHO, 2002). No caso de La Blache, ele adota essa perspectiva de região geográfica, no entanto ainda mantém o caráter naturalista em suas análises regionais, uma vez que o mesmo afirma “que o estudo da Geografia era o estudo dos lugares e não dos homens” (SODRÉ, 1976, p.90).

disponíveis, a vida em sociedade se constituiria no que ele denominou “gêneros de vida” (GOMES, 2000). Os gêneros de vida são fundados sob a perspectiva possibilista⁵ que afirma a ideia de que “a natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha” (GOMES, 2000, p. 56). Nesse sentido, a relação homem-meio ocorre de forma dialética, uma vez que o meio influencia/molda o ser humano e este, por sua vez, também atua sobre o meio⁶.

No que diz respeito aos aparatos metodológicos, com o intuito de penetrar na complexidade dinâmica que estrutura a região, o método recomendado é a descrição (VIDAL DE LA BLACHE, 1921 apud GOMES, 2000). Além disso, o trabalho de campo se torna essencial para que o pesquisador se aproxime, conviva e questione a própria região sobre sua identidade — apreendida por meio das manifestações únicas da individualidade de cada região. Desse modo, o objetivo final das análises regionais é encontrar a personalidade de cada região, ou seja, encontrar as particularidades que a fazem ser única e diferente. Após a observação e descrição seria possível obter a explicação referente a região por meio da correlação dos elementos que a integram. Nesse contexto, é importante ressaltar que a região é um produto único, sintético, formado pela inter-relação de fatores que se combinam de forma variada (GOMES, 2000).

Nesse movimento, a perspectiva vidaliana parte do “princípio da unidade terrestre”, obedecendo a leis gerais que se encadeiam e se combinam de formas específicas em cada região do globo (FABRÍCIO & VITTE, 2015). Há, também, a noção de totalidade no conceito de região de La Blache, segundo Claval (2011), “a interpretação vidaliana das organizações regionais complexas parte da ideia de totalidade” (p. 180). O autor ainda aponta que é da ideia de totalidade que Vidal tira a ideia de conexidade⁷ dos fenômenos, em que os mesmos estão vinculados entre si e assim como às realidades de escalas, sejam essas menores ou maiores. O interesse pelas extensas realidades geográficas (nações ou grandes zonas geográficas) leva Vidal a efetuar recortes regionais para, então, aplicar seu método de investigação baseado na dialética de escalas. Assim, quando ele investiga a situação dos lugares ou de pequenos conjuntos territoriais, traz à tona as relações que as localidades conservam com pontos ou áreas cada vez mais extensas. Ao mesmo tempo, esta dialética das escalas faz o caminho

⁵ Expressão forjada por L. Fébvre em 1922 (GOMES, 2000).

⁶ Para La Blache, o ser humano era ao mesmo tempo passivo e ativo em relação à influência do meio sobre o homem, o que evidencia suas influências naturalistas.

⁷ A ideia de conexidade tem origem na ideia ritteriana de totalidade (Silva, 2002).

contrário: sai das grandes regiões para os locais e as localidades. A partir dessa análise, Vidal compreende que a alteração dos critérios de divisão, altera também o recorte obtido. Assim, a *démarche* regional não é concebida de maneira estática, mas simétrica à análise de situação, ou seja, ela é dinâmica (CLAVAL, 2011).

Adiante, encontra-se o alemão Alfred Hettner no papel de maior defensor da ideia de uma geografia regional como uma síntese do trabalho geográfico. Segundo Hettner, o método das ciências humanas não deveria ser o mesmo das ciências naturais como recomendado pelo positivismo clássico⁸. Nesse movimento, o meio mais eficaz para a produção de conhecimento no campo das ciências humanas seria a descrição e a interpretação⁹. Dessa maneira, ao sair da lógica básica, a compreensão requer uma aproximação entre sujeito e objeto, necessita de um conhecimento contextualizado e que não pretende chegar a leis gerais. Assim, ele apresenta a ideia de dois tipos de ciências: as idiográficas e as nomotéticas. As primeiras são as “ciências do homem”, são descritivas, tratam de aspectos particulares, únicos, sem um padrão que possa levar a leis ou normas gerais. As nomotéticas, por sua vez, são o contrário: procuram o que é regular, geral, comum, capaz de estabelecer modelos abstratos de comparação. Para Hettner, a Geografia é uma ciência idiográfica, pois o espaço terrestre é diferenciado e único em cada paisagem. Assim, a Geografia deveria se ocupar não só das descrições das paisagens regionais, mas também da interpretação de tais regiões como resultado de uma dinâmica complexa (GOMES, 2000).

Segundo Claval (1978), Hettner entende a região como a unidade territorial apreendida em todos seus aspectos e possuindo uma originalidade irreduzível (apud DIAS, 2009). Para Hettner, a observação e a descrição detalhadas de uma unidade (seja uma paisagem ou um país) compõem o estudo de um “todo” que representa uma articulação das unidades básicas concebidas como únicas. Tais unidades devem ser consideradas em todos os aspectos, integrando tanto os elementos do meio natural quanto os gêneros de vida. Assim, a totalidade dos fenômenos poderia ser alcançada. Vale ressaltar que tal totalidade não constitui uma única integração, pois, para Hettner, existem graus de vinculação entre os lugares, de forma que há fenômenos que são fortemente inter-relacionados e aqueles que são intimamente ligados a outros lugares (DIAS, 2009). Em resumo, a ideia de totalidade de Hettner consiste na

⁸ O método único e comum a todas as ciências: o método hipotético-dedutivo.

⁹ Baseada na ideia de Dilthey de que esse seria o meio ideal para a produção de conhecimento das “ciências do espírito” – as ciências humanas e sociais (GOMES, 2000).

composição de um todo (a realidade) pelas partes (unidades básicas). Essa ideia parte da perspectiva corológica que, por sua vez, tem bases no funcionalismo¹⁰ (DIAS, 2009).

Posteriormente, foi o geógrafo americano Richard Hartshorne que levou as proposições de Hettner adiante e contribuiu para a discussão acerca de uma Geografia Regional. Ele tenta demonstrar que a Geografia teria se caracterizado como uma ciência que estuda as diferenças regionais. Diferente dos autores da Escola Francesa, Hartshorne entende a região não como concebida (contrapondo La Blache), mas como um produto mental, inventado pelo pesquisador que a descreve (GOMES, 2000). Deixando claro que a “delimitação é um procedimento de escolha do observador, que seleciona os fenômenos enfocados; dependendo dos dados selecionados, a delimitação será diferente (pois a abrangência destes varia desigualmente)” (MORAES, 1986, p. 88).

Além disso, a região de Hartshorne é entendida como a síntese das relações físico e humano — relações complexas (GOMES, 2000). Assim, ele defende uma metodologia própria para a identificação de regiões que se daria a partir do método regional, este “focaliza assim, o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação de *per se* como objeto da geografia”. (CORRÊA, 1986, p. 14). Nesse sentido, a região representa tanto o campo empírico da observação quanto o campo das verificações das leis gerais, além de ser considerado o local de encontro do homem com a cultura, o ambiente e a natureza. Assim, a região é a materialização dessa inter-relação e da forma como ela se realiza no espaço geográfico (GOMES, 2000). É importante ressaltar que o método corológico/regional era tido como capaz de acabar com as dicotomias entre as ciências humanas e as ciências da natureza, uma vez que nesse método considera em suas análises tanto o idiográfico (particular) quanto o nomotético (geral).

Assim, a noção de região em Hartshorne é dividida em região formal e região funcional, em que a região formal é “uma área homogênea quanto às categorias particulares, com integração parcial dos fenômenos no mesmo lugar” e a região funcional é “uma área coerentemente organizada de maneiras particulares, com interconexão parcial dos fenômenos em lugares diferentes (HARTSHORNE, 1978 apud FERREIRA, 2021, p. 323). Nesse sentido, é possível notar o caráter de totalidade, unidade e harmonia na perspectiva de Hartshorne,

¹⁰ Dias (2009, p. 51) afirma que “o funcionalismo, por um lado, rechaça a concepção unilinear da história e valoriza os processos funcionalmente diferenciados e heterogêneos do desenvolvimento evolutivo e, por outro lado, segundo este ponto de vista, subordina a teoria histórica ao estudo concreto das histórias particulares e das diferentes sociedades”

uma vez que a região possui características centrais "relacionadas à questões da singularidade espacial, da coesão e integração entre múltiplas dimensões do espaço, da estabilidade e contiguidade, da mesoescala de análise e da continuidade espacial"¹¹ (FERREIRA, 2021, p. 336). Há, por fim, a ressalva quanto a ideia de estudar o conjunto total dos fenômenos de uma área, visto que Hartshorne reconhece a dificuldade de tal feito dentro da Geografia (HARTSHORNE, 1978).

4.2.2. O conceito de paisagem no pensamento geográfico clássico e as noções de unidade, harmonia e totalidade

O conceito de paisagem na Geografia Clássica se manifesta através de múltiplas perspectivas, desde as abordagens organicistas até as funcionalistas e culturais, chegando até mesmo em visões da paisagem associada ao desenvolvimento sustentável. Por ser uma discussão antiga, que ocorre desde o século XIX, a paisagem vem sendo discutida com o objetivo de entender as relações sociais e naturais de um determinado espaço. Vale ressaltar que a paisagem depende muito da cultura e das pessoas que a percebem e a constroem. Os geógrafos tradicionais diferenciam a paisagem em: 1) paisagem natural e 2) paisagem cultural; a primeira associada aos elementos físicos combinados entre si, por outro lado, a paisagem cultural inclui a ação humana como fator de transformação da paisagem (SCHIER, 2003).

No contexto da Geografia Clássica, a Escola Alemã introduziu o conceito de paisagem como categoria científica e a concebia como um conjunto de fatores naturais e humanos. Ratzel entendia a paisagem como o resultado do distanciamento do “espírito do homem com seu meio natural” (SCHIER, 2003). Por outro lado tem-se Humboldt com a visão holística da paisagem (MOREIRA, 2006); além de Ritter que a define como um recorte paisagístico que representa a materialização da organização da superfície terrestre de forma ordenada (MOREIRA, 2008). Há, ainda, a vertente da geografia cultural clássica com a “paisagem cultural” elaborada por Carl Sauer. Nesse momento, o foco será nas concepções de paisagem de Humboldt e de Sauer.

Inicialmente o foco será em Alexander Von Humboldt, pesquisador naturalista, que possui uma visão integrada da paisagem, ele associa os elementos naturais e culturais pensando em uma integração dos fenômenos (SCHIER, 2003). O alemão teve fortes

¹¹ Núcleos centrais do conceito de região de Hartshorne, tal como os de Vidal de La Blache, segundo Ferreira (2021).

influências dos idealistas como Goethe e Schiller, que lhe aumentaram o apreço prazeroso da estética na contemplação da natureza. Foi Schelling que o influenciou quanto à concepção de natureza e harmonia dos seres. Humboldt utilizava conceitos como o de unidade da natureza¹² e unidade na diversidade. É de Goethe que vem sua ideia de unidade, de movimento e de ideal de ciência (DIAS, 2009) e de Schelling as ideias relacionadas à estética da natureza (BRITO, 2014).

Humboldt se preocupava em integrar os diversos campos do conhecimento com o objetivo de formar uma unidade científica. Seu interesse estava voltado para a integração homem-natureza por meio do estudo tanto da natureza física como da natureza moral, de forma que o conhecimento da verdadeira harmonia fosse finalmente alcançado. Seu projeto científico era justamente demonstrar empiricamente a harmonia universal da natureza, esta por sua vez seria constituída por partes que se relacionam entre si (DIAS, 2009).

No que diz respeito ao método, Humboldt utilizava o método comparativo e incorporava a perspectiva histórica em suas pesquisas. Seu objetivo era buscar a causa geral da natureza a partir da correlação entre os fenômenos naturais e o local em que ocorriam na superfície terrestre (DIAS, 2009). De acordo com Capel (1983, p. 23 apud DIAS, 2009), Humboldt entende a “interdependência dos fenômenos espaciais e a necessidade de explicar todo conjunto de fenômenos espacialmente distribuídos em relação ao seu contexto espacial”.

O geógrafo alemão afirma que a natureza, por mais diversa que seja, deveria ser concebida como unidade, pois a natureza está conectada em uma harmonia constante e transformadora, em que os fenômenos não podem ser separados, eles precisam estar sempre como unidade formando um todo. Ressaltando a ideia de que mesmo em sua diversidade, os elementos naturais estão conectados (MENDES, 2016). Segundo Gomes (2007), o conceito humboldtiano de paisagem carrega a ideia de “unidade da diversidade” dos fenômenos, em que a combinação e/ou transformação das diferenças, de forma harmônica, são convertidas em uma unidade.

Além disso, a paisagem é constituída a partir de uma visão estética da natureza, advinda da estética romântica, onde a beleza espacial alcançada por nossos olhos é o objeto de análise; Humboldt tem por objetivo estabelecer uma visão integral da natureza ao mesmo tempo que estabelece leis particulares, essas, por sua vez, baseadas na sensibilidade e mensuração precisa. Portanto, a paisagem é uma conexão entre o particular e o universal; ela

¹² Reflexo da influência de Spinoza e dos idealistas da época.

representa a forma como o todo se expressa no particular (BRITO, 2015). A paisagem humboldtiana carrega, portanto, a ideia de harmonia, unidade e totalidade. Há, ainda, nuances de um organismo movido por forças vitais. Tais forças dão ao todo um movimento, tornando o organismo funcional e auto suficiente, formando uma unidade orgânica que dá forma a uma totalidade dinâmica do organismo (BRITO, 2015).

Ainda recorrendo a Brito (2015), o autor resgata de Lourenço (2005) a relação das noções de unidade, harmonia e totalidade na paisagem humboldtiana:

Para Humboldt, um sentimento vivo em relação ao mundo deve ser fundamentado na compreensão de seus processos e formas, e, por sua vez, o conhecimento é nulo se não for vivificado pelos sentimentos de respeito e prazer. Os conceitos de unidade, harmonia e totalidade estão no âmago dessa síntese múltipla entre homem e mundo, entre conhecimento e sentimento, entre essência e aparência, entre o ínfimo e o infinito, entre o orgânico e o inorgânico, entre arte e ciência (LOURENÇO, 2005, p. 8.122 apud BRITO, 2015).

Ainda no contexto dos geógrafos clássicos, Carl Sauer não passa despercebido entre os teóricos do conceito de paisagem. Sauer, geógrafo americano precursor da corrente humanista da Geografia, propõe o conceito de paisagem cultural, que possui um caráter mais simbólico-cultural do que o de outros autores. Nessa perspectiva, a paisagem tem o humano como agente de transformação do espaço e evidencia o cultural na relação homem-meio (CARVALHO, 2018).

Quanto à concepção de paisagem de Sauer, “a paisagem é como um organismo complexo, resultado da associação de formas que podem ser analisadas” (MAXIMIANO, 2004, p. 86). A paisagem de Sauer abrange os elementos materiais e os recursos naturais disponíveis em determinado lugar, associados à ação humana e as transformações resultantes da interação do homem com o meio. Além disso, os elementos estão em uma relação de interdependência. Vale ressaltar que os elementos naturais e humanos estão sujeitos à ação temporal na concepção saueriana (MAXIMIANO, 2004). Assim, é necessário considerar que a paisagem cultural possui uma sucessão histórica e assim compreendê-la enquanto processo. Nesse movimento, a Geografia Cultural de Sauer rompe com o método descritivo da paisagem e adota a interpretação como forma de explicar a mesma (STRACHULSKI, 2015). Nas palavras de Sauer:

“Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido corológico, a alteração da área modificada

pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de fundamental importância. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto”. (SAUER, 1998, p.42 apud SCHIER, 2003).

Portanto, a paisagem é o resultado da intencionalidade humana na superfície terrestre, tanto no passado quanto no presente, em que, por meio de diversas formas, a sociedade deixa sua marca no espaço e esses vestígios ficam registrados na paisagem. Dessa forma, a paisagem é uma representação do espaço e, dentro da ciência geográfica, particularmente na Geografia Física, a paisagem passa a ser equivalente à natureza (VITTE, 2007).

Rovani & Cassol (2012) pontuam que, para Sauer, “a paisagem, portanto, não é essencialmente natural, mas integradora, de dimensão global. Em sua totalidade é concreta e permite integrar objetos e ações no mundo em movimento. As relações do homem com o meio natural, desde as mais simples até a dominação, permitiram uma artificialização da natureza” (p. 398).

Por fim, tem-se duas perspectivas de paisagem que consideram tanto o caráter natural quanto o cultural. Entretanto, nota-se que Humboldt foca na visão mais integrada e descritiva da paisagem, por outro lado, Sauer enfatiza a história por trás da paisagem por meio da interpretação da mesma. Dois autores cruciais para entender o conceito de paisagem dentro do pensamento geográfico, uma vez que ambos influenciaram muitos geógrafos seguintes, além de contribuírem para a construção do conceito de paisagem contemporâneo.

4.3. A unidade da diversidade/ harmonia das diferenças: uma tentativa de integração da complexidade da paisagem em Humboldt

Com o intuito de aprofundar na ideia de “unidade da diversidade” contida na paisagem humboldtiana — para então alcançar o entendimento sobre a tentativa de integração da complexidade da paisagem em Humboldt — essa sessão será voltada ao desenvolvimento de algumas ideias pouco desenvolvidas na sessão anterior. Assim, é necessário voltar a algumas noções acerca da paisagem humboldtiana.

Apesar do foco deste trabalho estar voltado à Geografia Clássica, vale ressaltar que a Geografia Moderna tem como marco o nascimento da Geografia Física, que só foi possível devido aos intensos estudos e reflexões do “cientista explorador-artista-escritor”¹³ Alexander Von Humboldt. O pensamento deste naturalista alemão se desenvolve com influências bem

¹³ Nas palavras de Bárbara Maria Stafford (1984 apud Vitte, 2006).

claras do idealismo filosófico alemão, como citado anteriormente, principalmente pensadores como Kant, Goethe, Schelling, Schiller e Fichte. Humboldt na tentativa de desvendar a harmonia e beleza da natureza traz para a Geografia uma enorme contribuição metodológica. O esforço de suas pesquisas tem um objetivo: reunir um conjunto de informações a partir de uma mesma ordem sistemática e transformá-las em síntese. De forma sistemática, Humboldt conseguiu conciliar, logicamente, as observações tradicionais das expedições naturalistas com as cosmografias. Com êxito, este trabalho metodologicamente fundado foi de extrema importância para a Geografia como um todo, especialmente a Geografia Moderna. Suas contribuições perpassam por toda a Geografia Física, por isso Humboldt é considerado por alguns geógrafos como o pai da Geografia Moderna (GOMES, 2007).

Humboldt traz para a Geografia uma visão pautada nas discussões da metafísica da natureza, porém com uma nova contribuição para as ciências da natureza. O pensamento de Humboldt é embasado e influenciado pela Naturphilosophie, principalmente por Goethe e Schelling. No momento em que o pensamento humboldtiano está sendo desenvolvido a chamada Naturphilosophie se encontra em um movimento de articulação, a partir da noção de forma, visando reestruturar a idéia de metafísica da natureza vista em Platão e Kant para assim fundamentar a diversidade das coisas no espaço-tempo. Pode-se dizer que esse movimento foi a chave para o nascimento da Geografia Física (Vitte, 2006).

Segundo Vitte & Springer (2011), as reflexões filosóficas e científicas do século XVIII foram fortemente influenciadas pelo sentimento da Naturphilosophie. Os autores afirmam que tal sentimento continha a expectativa de explicação global da natureza, em que todos os elementos estariam relacionados e interconectados resultando em uma explicação do mundo (um “kósmos”). Considerando, também, a relação da Naturphilosophie com as ideias de Kant e, conseqüentemente, de Newton, pode-se afirmar que:

“a necessidade que se colocava então era a necessidade de se pensar em um sistema de conhecimentos empíricos possíveis: ou seja, um sistema de conhecimento (geografia física), em que a partir da premissa de uma unidade da natureza, articulasse o transcendental com o empírico, em um movimento, onde a finalidade da natureza fosse o eixo transversal da reflexão” (VITTE & SPRINGER, 2011, p. 169).

Brito (2014) ressalta, as palavras do próprio Humboldt em sua obra “Cosmos”, onde afirma que a natureza é “a unidade na diversidade de todos os fenômenos”, a “harmonia entre as coisas criadas”, “um todo penetrado por um sopro de vida”. Evidenciando o esforço e a

importância de “captar a unidade e a harmonia na imensidão de fenômenos e forças” (LABASTIDA, 2001, p 27-28 apud BRITO, 2014).

Nesse sentido, observa-se que uma das ideias basilares no pensamento humboldtiano está pautada em uma visão holística da natureza e tais ideias levam Humboldt a um objetivo: conseguir integrar a complexidade contida na natureza na descrição das paisagens. A meu ver, ao conceber uma unidade na diversidade dos fenômenos, combinando e/ou transformando, de forma harmoniosa, as diferenças em uma unidade (GOMES, 2007), o pesquisador alemão consegue alcançar tanto o particular quanto o universal, de forma que as paisagens representam tanto o singular quanto o complexo. Sendo, portanto, uma tentativa de integrar a complexidade da paisagem a partir de uma visão total da natureza, em que tudo estaria conectado e em harmonia formando um todo. Sabemos que ele não conseguiu tal feito, no entanto, sua tentativa possibilitou a expansão dos horizontes geográficos de outros pesquisadores e mudou o rumo da Geografia Física.

5. GEOGRAFIA DA DIFERENÇA: MULTIPLICIDADES, RITMOS E LOCALIDADES ESPACIAIS

Neste último capítulo, a Geografia da Diferença será explorada no recorte da Geografia Contemporânea a partir de três noções basilares na perspectiva dionisíaca que foi proposta no início desse trabalho: multiplicidade, ritmo e localidade. A proposta é discutir as possibilidades que a abordagem da diferença trazem para a ciência geográfica, citando diversos modos em que a mesma é utilizada, além de conceitos que dialoguem com as noções supracitadas, com o intuito de instigar reflexões sobre a necessidade e importância de novos olhares sobre o espaço geográfico, considerando as multiplicidades cada vez mais pertinentes que se manifestam pela diferença.

Pensar a diferença dentro da Geografia nos conduz, antes, ao caminho trilhado por essa categoria dentro da filosofia e das ciências humanas. A reflexão sobre a diferença é um trabalho complicado, pois não fica claro o que se entende por diferença. Autores como Nietzsche, Heidegger e tantos outros até Deleuze, pensam a diferença de formas distintas. Dentro da perspectiva geográfica clássica, a diferença desaparece em função da unidade da identidade como foi possível notar no capítulo anterior. Sendo assim, resumidamente, a diferença se dissolve na medida que a unidade da síntese a supera (MOREIRA, 1999). E é nesse sentido que vamos tratar a diferença dentro da ciência geográfica e a emergência da diferença na contemporaneidade.

5.1. A emergência da diferença na Geografia

Ruy Moreira (1999) pontua que a diferença, ao sair do campo da filosofia em direção às ciências humanas, passa a ser entendida como tema da alteridade, assim, abre espaço para as multiculturalidades, evidenciando corpo, gênero, etnia, segmentação social, entre outros temas em que o sujeito está no centro das interações — esses temas são pertinentes dentro da própria Geografia Humana. O autor afirma que a diferença é o que confronta a razão em função da "des-razão". Nesse movimento, a diferença evidencia categorias dissolvidas pela razão e seu discurso hegemônico, tais como a loucura, a infância, o desejo, o inconsciente e outros (MOREIRA, 1999). As categorias supracitadas vão de encontro com as incoerências inerentes ao ser humano e que a razão não se propõe a afirmar em seu modelo ordenado de pensamento; e isso as tornam mais próximas do sujeito que experiencia o espaço do que do espaço que faz parte da experiência humana.

No âmbito da Geografia, a diferença se manifesta, inicialmente, através de um discurso da diferença em que o sujeito é suprimido em função do espaço. Assim, a Geografia, ao combinar heterogêneo e homogêneo, dissolve o heterogêneo na unidade do homogêneo, fazendo com que a diferença desapareça em função da identidade. Como visto, no recorte da Geografia Clássica, para Hettner a diferença é a diferenciação de áreas (no enfoque de região). Nesse contexto, a diferenciação de áreas nada mais é do que a unidade da identidade representada a partir de regiões. Assim, é possível visualizar que a categoria da heterogeneidade (elementos que compõem uma área) atua em conjunto com a categoria da diferenciação – de áreas (MOREIRA, 1999). Moreira (1999) ressalta, ainda, que é o conceito de região que sintetiza as diferenças geográficas em uma identidade, alertando, também, que a imagem da região é formada pela escolha de um elemento de referência homogeneizante.

Em alguns momentos da história do pensamento geográfico, a diferença surge, no entanto, de forma mascarada para alcançar outros fins e não como central nas análises espaciais — geralmente nas análises tradicionais, mas não se restringe apenas aos clássicos. Pode-se citar o próprio conceito de região que busca as diversidades das áreas, porém no intuito de sintetizá-las e diferenciá-las/compará-las entre si (como visto anteriormente). Outro exemplo é o conceito de paisagem que propõe um olhar geral sobre o espaço, ou seja, ampliando os elementos a serem trabalhados, no entanto, e, mais uma vez, suprime as diferenças em função de um todo harmônico. Nesse movimento, o que acontece é a perpetuação da supressão da diferença em função da identidade.

A reafirmação da diferença surge, segundo Moreira (1997), uma vez que a região tem sido substituída pela rede — essa totalidade em que a diferença reaparece no que Santos (2002) define por espaço-lugar. Tal realidade geográfica traz a combinação de escala, regulação e mobilidade que permitem um novo espaço da diferença (MOREIRA, 1999). Nesse sentido, as constantes transformações espaciais, desde o fim do século XX até a contemporaneidade, acabam por evidenciar as contradições contidas no espaço (CORRÊA, 2003), estas, por sua vez, têm origem na diferença que permeia e produz os espaços. Assim, torna-se emergente abordar a diferença dentro das análises espaciais, considerando que a diferença produz não só diferenças, mas espacialidades diversas (NUNES, 2014).

Nas últimas décadas do século XX a noção de diferença tem crescido dentro do conhecimento científico e, na Geografia, tem sido associada às perspectivas espaciais (HARVEY, 1996; MOREIRA, 1999; HAESBAERT, 1999). Essa perspectiva traz à tona os desafios teóricos e metodológicos de propor teorias e métodos e, além disso, de dialogá-los. No contexto atual, é urgente a inclusão de novas perspectivas e epistemologias, em que as novas propostas tenham como referencial o espacial e a diferença, dada a complexidade da relação sujeito-espaço e os diversos efeitos dessa interação.

Ainda recorrendo a Moreira (1999), um dos problemas da diferença dentro da Geografia diz respeito a como unificar espaço-sujeito-diferença (considerando a centralidade da identidade) sem que aconteça com a identidade o que a cultura identitária fez com a diferença. Ou seja, na tentativa de um retorno da diferença, a contradição dessa tentativa é não cometer o mesmo erro da exclusão de uma categoria em função da outra. Para isso, a reflexão da dialética se torna essencial no tratamento da questão da diferença na Geografia, uma vez que se trata de dialogizar as perspectivas. Como o autor ressalta: “da identidade para a diferença, da diferença para a identidade”, através de uma “dialética das significações múltiplas, do significado que também é significante, da identidade que também é diferença, da ausência que também é presença, do homogêneo que também é heterogêneo” (p. 55). Nesse movimento, é possível pensar o espaço como a coexistência entre diferença e unidade. Espaço do “diálogo multidimensional” (RAFFESTIN, 1993) como contraponto ao “diálogo horizontal e vertical” (SANTOS, 2002). Nas palavras de Raffestin, acerca do local em relação ao central:

“Visto do centro, é muito pouca coisa: um agregado de particularidades, de hábitos e costumes que constituem outros tantos obstáculos a uma uniformização. Visto do “local”, é muito, pois é a territorialidade

cristalizada, ou seja, a significação da vida cotidiana” (Raffestin, 1993, p. 183).

Diante desse cenário, a Geografia da Diferença surge como uma resposta ao problema contido nas análises tradicionais que priorizam a centralidade e homogeneização do espaço. De modo que a centralidade do discurso da identidade leva à supressão das diferenças e, conseqüentemente, ao triunfo de espaços homogêneos (MOREIRA, 1999). Nessa perspectiva hegemônica, o espaço é concebido como um lugar no qual as diferenças individuais são suprimidas em função do coletivo. No entanto, ao redirecionar o olhar para a escala local e dar voz às multiplicidades e diversidades inerentes às experiências dos sujeitos no espaço surgem questionamentos sobre como as diferenças produzem espaços múltiplos. Nunes (2014) enfatiza que uma nova política do espaço exige um novo paradigma ético-estético que considere o espaço para além da representação: como prática da experiência humana na diferença considerando espacialidades que abarcam fluxos, descontinuidades e conexões que regem uma totalidade que vai além da soma das partes.

Ciente disso, pode-se pensar a discussão deste capítulo em conjunto com o dionisíaco de Nietzsche uma vez que, ao contrário de dissolver as diferenças na unidade, Dionísio garante o status ontológico da diferença. Aqui a diferença representa uma busca de equilíbrio entre a razão e a “des-razão”, assim como Nietzsche propõe na relação de forças entre o apolíneo e o dionisíaco. Por fim, vale salientar que a intenção desse capítulo é mostrar alternativas e novos caminhos para o olhar geográfico, partindo tanto do sujeito para o espaço quanto do espaço para o sujeito: em uma relação dialética de transformação e criação constante.

5.2. Encontros da diferença: multiplicidades, ritmos e localidades espaciais

As abordagens da diferença dentro da Geografia não necessariamente se intitulam como uma Geografia da Diferença. No entanto, as teorias, abordagens e metodologias vão de encontro com a valorização da diferença dentro da análise espacial, fomentando a importância e necessidade de uma Geografia das multiplicidades, das diversidades, dos ritmos, das individualidades e das complexidades contidas na relação sujeito-espaço. Nesse sentido, as perspectivas da diferença valorizam o espaço tanto por meio do sujeito que o experiencia, como por meio de abordagens integrativas da relação sujeito-meio. Nesta seção serão apresentados alguns dos encontros da diferença dentro da Geografia Contemporânea.

Nunes (2014) ressalta que somos sujeitos marcados pela diferença — de gênero, etnia, fé, ideologia, política, entre outros aspectos próprios do ser humano. Tais diferenças produzidas pelo sujeito refletem no espaço, assim como as diferenças do espaço refletem nos sujeitos. É uma relação dialética em que a diferença produz diferença (MOREIRA, 1999). Assim, a diferença garante as multiplicidades de perspectivas, de experiências, de significados, de espacialidades.

Nos últimos anos a Geografia Brasileira tem se tornado progressivamente mais plural e diversa (CORRÊA, 2010). Dentre os múltiplos encontros da diferença na Geografia, pode-se citar as pesquisas de abordagens decoloniais e sua contribuição para uma visão espacial sob o ângulo das questões de gênero, raça, etnia, etc (FERREIRA GUIMARÃES, 2022; RATTS, 2020; SILVA, 2010). Além de novas perspectivas relacionadas à paisagem cultural e a concepção do espaço a partir da vida cotidiana (SILVA & SILVA, 2014), assim como abordagens que valorizam a escala local em função da global, evidenciando as geograficidades, lugaridades, territorialidades e corporalidades espaciais (BUTTIMER, 2015; HAESBAERT, 2004; MASSEY, 2008; NUNES, 2014). Há também de se ressaltar, dentre tantas perspectivas, àquelas que consideram os ritmos da natureza e seus movimentos de transformação e criação no espaço geográfico (MONTEIRO, 2003; STEENBOCK et al., 2021).

No contexto de uma produção acadêmica pautada no eurocentrismo como forma hegemônica, o pensamento decolonial surge com o intuito de contestar as tendências acadêmicas dominantes de construção do conhecimento histórico e social, de cunho imperialista e, dentro da Geografia, é tratado como uma alternativa epistemológica para a construção do pensamento geográfico contemporâneo. Nesse movimento, as pesquisas decoloniais não se restringem a um único objeto, pois conseguem abranger diversas temáticas ligadas ao espacial, abordando questões de gênero, etnia, raça, identidades, movimentos sociais, entre outras com o objetivo de construir uma crítica histórico-social às problemáticas outrora silenciadas ou consideradas resolvidas (SILVA, 2020). Entretanto, Silva (2020) ressalta que é necessário considerar todos os grupos e suas vozes quando se conta a história de uma nação, afinal uma história é plural, não universal. Assim, cada temática tem suas características próprias e únicas em seus processos, de forma que o objetivo final de cada pesquisa depende do olhar do pesquisador sob a abordagem decolonial associada a outras teorias, métodos e abordagens.

Nesse movimento de emergência da diferença dentro do pensamento geográfico, Guimarães (2022) apresenta reflexões sobre como repensar a Geografia de maneira crítica com o objetivo de alcançar e construir métodos e metodologias próprias ao campo de estudos de Geografias Negras. A autora propõe o método que envolve perspectivas de dentro pra fora ou “desde dentro”, em que a inserção do sentir, pensar e ser negro possam fazer parte de análises espaciais afirmativas. Pensar as origens africanas, as inter-relações culturais e históricas negras, as diversidades entre grupos negros, por meio do afastamento da visão de fora para dentro (do eurocêntrico para o colonizado), é uma maneira de olhar o espaço a partir das experiências dos grupos sociorraciais colonizados e escravizados e uma tentativa de abordar as “escrevivências”¹⁴ por e para os negros, ou seja, trazer a perspectiva a partir do negro, fazendo o movimento de dentro pra fora (GUIMARÃES, 2022).

Ainda nas temáticas raciais, Alex Ratts (2020) vêm estudando as questões étnicas e/ou raciais no espaço por meio da problematização do lugar epistemológico da questão etnicorracial na ciência geográfica, evidenciando mais uma vez a necessidade de ampliação das análises e ações afirmativas no espaço. O geógrafo, por meio de orientações de dissertações, como no caso de Sousa (2005), trabalha a diferença trazendo contextos como o de territórios GLTBS (Gays, Lésbicas, Transgêneros, Bissexuais e Simpatizantes) em Goiânia, destacando a relação entre estes territórios e a dinâmica territorial a partir do foco da geografia do gênero (FARIA, 2018 apud FARIA, 2018). Outro exemplo é o trabalho de Santos (2013 apud FARIA, 2018), onde a autora realiza “uma reflexão acerca das Espacialidades do Movimento de Mulheres Camponesas e Trabalhadoras Rurais no Estado do Tocantins para incorporação de suas temáticas nos ambientes institucionais e no interior das lutas políticas dos movimentos sociais” (FARIA, 2018, p. 33).

Ademais, as Geografias Feministas também fazem parte das análises espaciais da diferença que, no trabalho de Silva (2010) e outros pesquisadores de vertentes adjacentes, revelam as diferenças de gênero, sexualidades e corporalidades dentro da relação sujeito-espaço. Aqui, utilizando Silva (2010) como referência, são explorados os movimentos de aproximação entre as abordagens feministas e queer, ligadas à Nova Geografia Cultural. Nesse sentido, esses estudos trazem para a análise espacial a concepção de pesquisa como

¹⁴ “O termo “escrevivência” vem sendo discutido por estudiosos e críticos da literatura afro-brasileira, geralmente em referência à obra literária da escritora Conceição Evaristo. Em vários estudos e reflexões, a palavra assume uma gama de significados nem sempre relacionados com o processo de formação lexical que nele se mostra. Morfologicamente, decorre da associação entre “escrever” e “viver” e dos sentidos permitidos pela expressão “escrever vivências” ou mesmo de escrever fatos vividos pelo eu que os recupera pela escrita” (FONSECA, 2020, p. 59).

processo — resultado de uma reflexão acerca da posicionalidade do pesquisador quanto ao fenômeno que estuda e suas implicações. Desse modo, evidencia a aproximação do pesquisador e seu objeto de estudo, além de potencializar o entendimento da interação entre o sujeito e o espaço, além dos efeitos dessa relação nas diferenças próprias ao sujeito — revelando, ainda, o espaço como parte das intersecções entre gênero, sexo, classe, nacionalidade, entre outros aspectos que diferenciam o sujeito em sua experiência espacial.

Partindo para uma perspectiva espacial a partir da vida cotidiana, Silva & Silva (2014) ressaltam a importância de tais análises, uma vez que a cotidianidade “por mais que pareça óbvio e sem importância, não podemos esquecer que a trajetória de nossa vida, do nascimento até a morte, constitui-se numa cotidianidade” (TEDESCO, 1999, p.26 apud SILVA & SILVA, 2014). Na perspectiva geográfica, a análise da vida cotidiana, geralmente, ocorre associada ao conceito de lugar e de territorialidade. Os autores consideram o lugar como expressão da cotidianidade, onde as experiências são produzidas e, assim, também o espaço é produzido. A matéria que constitui essa produção se manifesta nas edificações, paisagens, nas relações com o lugar; não obstante, também se manifesta no imaterial, no simbólico por meio da forma de viver esse lugar, nos rituais, nas festas, no trabalho e lazer (SILVA & SILVA, 2014). Nesse sentido, a necessidade de encontrar novos significados e novas formas de experienciar o espaço estão diretamente relacionadas ao cotidiano.

Dentre tantas perspectivas, existem, ainda, aquelas ligadas diretamente aos ritmos da natureza e seus movimentos de transformação e criação no espaço geográfico. Aqui, pode-se destacar os exemplos de estudos da agroecologia e de análises rítmicas tendo em vista a conexão dessas temáticas com a noção de ritmo dionisíaca — em que as transformações estão sempre em um movimento de criação e desconstrução, em um ritmo de ordem e desordem constante. Esse movimento é mais uma forma de manifestação da diferença na natureza e da geração de pulsões advindas desse processo.

As abordagens ambientais integrativas em escala local têm valorizado as diferenças, dialogando-as pelo enfoque nas dinâmicas espaciais internas, em um movimento de inclusão dos grupos sociais nas análises do ambiente. Nas pesquisas atuais, segundo Neves et al (2021), o conceito de paisagem é o mais utilizado, atuando como um elo entre as abordagens sistêmica e dialética em uma perspectiva sistêmico-cultural. Desse modo, tais estudos acabam por analisar as diversidades encontradas nas dinâmicas a partir de um olhar mais localizado e interno, abrangendo elementos e fenômenos em uma microescala.

Na climatologia, Monteiro (1971) propôs uma climatologia geográfica brasileira que abordava o clima não mais como conceito estático, mas buscava entendê-lo através de seu ritmo, por meio da técnica da análise rítmica, em que as variáveis meteorológicas se relacionam com a dinâmica da atmosfera (OGASHAWARA, 2012). Essa perspectiva resgata a complexidade existente nos fenômenos climáticos, considerando as diversas variáveis que podem influenciar as dinâmicas que ocorrem na atmosfera.

Segundo Zavattini (2003), o paradigma do ritmo climático revela a importância da análise dinâmica da atmosfera, e ressalta que no processo de conceituação de ritmo, de Monteiro (2000 apud ZAVATTINI, 2003), aparecem termos como: articulações dos tipos de tempo, pulsação e dinamismo rítmicos. Nesse sentido, é possível observar que a análise rítmica está associada ao tempo, aos estímulos e aos movimentos rítmicos. Nas palavras de Monteiro (2000, p. 13 apud ZAVATTINI, 2003), “é a sequência que conduz ao ritmo, e o ritmo é a essência da análise dinâmica”. Assim, essa perspectiva rompe com uma visão estática e simplista das relações atmosféricas, e, posteriormente, sistematizando as análises rítmicas (ZAVATTINI, 2003).

No que diz respeito ao campo da Agroecologia, a relação homem-natureza é um dos focos da disciplina, uma vez que a partir dessa relação pode-se entender a interação entre o ser humano e a natureza e compreender as trocas, as ações e transformações que ocorrem nesse processo. Caporal et al. (2009) ressalta que a Agroecologia, como matriz disciplinar, está incluída no campo do “pensar complexo” (MORIN, 1999, p. 13). Nesse sentido, “o pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações” (CAPORAL et al., 2009).

Pensando a biodiversidade, uma das características ambientais, ela é um esforço coletivo, uma cooperação entre diferentes espécies inseridas em uma complexidade estrutural em que quanto maior o grau de complexidade, maior será a diversidade e maior será a cooperação entre espécies (STEENBOCK et al., 2021). Nesse sentido, “na natureza, todos os organismos convivem e interagem, influenciando-se mutuamente, existindo também interações entre forças e substâncias sutis como o calor, e as forças de crescimento” (FELIPE et al., 2023). A complexidade que acompanha a relação entre tantos elementos, requer atenção especial e para isso a abordagem inter e transdisciplinar é uma alternativa para fundamentar o saber ambiental complexo da Agroecologia. O uso dessa abordagem integrada proporciona

uma interpretação das dimensões física, biológica e antropossocial de forma conjunta (FLORIANI & FLORIANI, 2010).

Dentro da Agroecologia, no recorte dos sistemas agroflorestais agroecológicos, por exemplo, a percepção da natureza não parte de pressupostos da simplicidade, da estabilidade e da objetividade, mas sim da complexidade, instabilidade e intersubjetividade das relações uma vez que esta disciplina está inserida no campo do saber complexo (CAPORAL et al., 2009). Nesse movimento, noções básicas da natureza como a noção de harmonia não é pautada em uma estabilidade constante, e sim como um conjunto de interações que ora se organizam, ora se desorganizam, mas no fim encontram e/ou estão em equilíbrio entre si. Além disso, a organização dos sistemas ocorre de forma não-linear, contrapondo a noção de estabilidade proposta pela visão positivista. Nesse caso, a harmonia coexiste com as “perturbações” e interferências da própria natureza, e, dessa forma, está sempre em um movimento de transformação, organização, seguindo o ritmo e a dinâmica próprios do sistema em que se encontra.

Por fim, é importante ressaltar que esses exemplos são apenas alguns dos muitos trabalhos, abordagens e perspectivas que trilham o caminho para uma Geografia da Diferença, na qual as diferenças não precisam ser suprimidas ou mascaradas, pois são expostas como parte importante dos sujeitos e, conseqüentemente, do espaço geográfico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ciente desses modelos de pensamento e abordagens citados neste trabalho, pode-se perceber as inúmeras possibilidades de estudos sob a perspectiva da ordem, assim como da diferença. É de suma importância ressaltar que a crítica inicial à noção apolínea e a valorização da perspectiva dionisíaca, no que diz respeito ao sujeito e ao espaço, não é uma luta contra a ordem, a universalidade ou a padronização, mas sim uma tentativa de reconhecer a paridade da diferença em relação a ordem. Nesse movimento, reconhecer que a diferença é uma garantia do surgimento de novas multiplicidades, diversidades e expressões distintas no espaço, trazendo à tona elementos mais íntimos e subjetivos, relacionados não só ao concreto/material, mas também ao simbólico que nasce da relação sujeito-espaço. Para que esse movimento seja possível deve-se considerar, entre tantas coisas, uma

“postura reflexiva em torno da prática investigativa geográfica que se pode produzir um saber “mais humano”, para utilizar a expressão de Knopp (2007), capaz de dialogar com outros campos de saber e com as

“pessoas que produzem e fazem a geografia na sua existência cotidiana” (SILVA, 2010, p. 54).

Assim, pensar a diferença é redirecionar o olhar geográfico — seja para a escala do corpo (do indivíduo que transforma e é transformado pelo espaço) ou para a escala local ou, ainda, para o interno ou o subjetivo. Por esse ângulo, no movimento de pensar a diferença é essencial “tomar o corpo como ponto de partida e fazer dele o fio condutor” para uma interpretação da realidade geográfica construída a partir de uma dialética entre sujeito-mundo. Por fim, os caminhos para uma Geografia da Diferença são muitos e a cada dia se tornam mais recorrentes dentro da ciência geográfica, no entanto ainda há muito a se percorrer nesse caminho de possibilidades incontáveis.

REFERÊNCIAS

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **A natureza do método e o método da natureza: exposição e crítica na formação do pensamento alemão nos séculos XVIII e XIX.** 2014.

BRITO, Thiago. **Humboldt entre a filosofia da natureza e a ciência moderna.** *Sociedade & Natureza*, v. 27, p. 195-207, 2015.

BUTTNER, Anne; SEAMON, David. **The human experience of space and place.** Routledge, 2015.

CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea.** Barcelona: Barcanova, 1983. In: DIAS, Elizabeth Hofstetter. *A natureza da geografia e seus métodos em Alfred Hettner.* Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; CASTOBEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília-DF: Ed. Paulus, 2009.

CARVALHO, Aline Beatriz Pacheco. **O homem como agente transformador da paisagem.** *Revista Memória em Rede*, v. 10, n. 18, p. 146-155, 2018.

CASSIRER, Ernest. **A filosofia do iluminismo.** Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: UNICAMP, 1997

CLAVAL, Paul et al. **Evolución de la geografía humana.** Barcelona: Oikos, Tau, 1978. In: DIAS, Elizabeth Hofstetter. *A natureza da geografia e seus métodos em Alfred Hettner.* Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia.** Ed. da UFSC, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da Geografia.** In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

DIAS, Elizabeth Hofstetter. **A natureza da geografia e seus métodos em Alfred Hettner**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. **“Princípios de geografia humana”, de Paul Vidal de La Blache**. Geografia e Pesquisa, v. 9, n. 1, 2015.

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento et al. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia**, Goiás. 2018.

FELIPE, Rafaella Teles Arantes et al. **SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROECOLÓGICOS: TRAJETÓRIAS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS NOS TERRITÓRIOS DO BRASIL**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 1, p. 09-43, 2023.

FERREIRA GUIMARÃES, G. **Geo-grafias negras & Geografias negras**. Revista da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(Ed. Especial), 292–311. 2022. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/866>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. **Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico**. Revista Brasileira de Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9529>. Acesso em: 23 set. 2023.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Escrevivência: sentidos em construção**. Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 58-73, 2020.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: Geografia: conceitos e temas/ organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 2ª. ed. –Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, p. 16, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. 1996.

LABASTIDA, Jaime. **Una jornada de trabajo de Alexander von Humboldt: su método científico**. Cuadernos Americanos-Nueva Epoca, 2001. In: ZEA, Leopoldo; TABOADA, Hernán (Org.). Humboldt y la modernidad. México; D. F.: Intituto Panamericano de Geografía e Historia; Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 51-58. In: BRITO, Thiago Macedo Alves de. A natureza do método e o método da natureza: exposição e crítica na

formação do pensamento alemão nos séculos XVIII e XIX. 2014.

LOBATO CORREA Roberto. **Trajatória da Geografia Brasileira: Uma breve interpretação.** Terra Livre, 1(34): 63-68, 2010.

LOURENÇO, Claudinei. **Paisagem e arte no Kosmos de Humboldt.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, USP, São Paulo – Brasil, p. 8106-8131. In: BRITO, Thiago. Humboldt entre a filosofia da natureza e a ciência moderna. Sociedade & Natureza, v. 27, p. 195-207, 2015.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e o renascimento do trágico.** Kriterion: Revista de Filosofia, v. 46, p. 174-182, 2005.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o conceito de paisagem.** Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 8, 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A dinâmica climática e as chuvas no estado de São Paulo.** Rio Claro: Unesp, Ageteo, 2000. 1 CD-ROM. In: ZAVATTINI, João Afonso. A produção brasileira em climatologia: o tempo e o espaço nos estudos do ritmo climático. Terra Livre, n. 20, p. 65-100, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA, R. **Pensamento Geográfico Brasileiro – as matrizes clássicas originárias.** Editora: Contexto, 190 p., 2008.

MOREIRA, Ruy. **A diferença e a Geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia.** GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 41-58, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?.** São Paulo: Contexto. 2006.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

MOSÉ, Viviane. **A espécie que sabe: do homo sapiens à crise da razão.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2019.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem.** 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

NEVES CE, SALINAS E, PASSOS MM, ROSS JLS, CUNHA L. **The scientific work on Landscape analysis in Brazil: perspectives for an integrating debate.** Geo Uerj 29: 1-28, 2021

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência.** Editora Companhia das Letras, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo** Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NUNES, C. **Geografias do corpo: por uma geografia da diferença.** 2014. 245 f. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IGEO, Porto Alegre.

- OGASHAWARA, Igor. **Análise rítmica e a climatologia geográfica brasileira**. Revista Georaguaiá, 2012.
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1993.
- RATTS, Alex. **A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia**. Boletim Paulista de Geografia, n. 104, p. 1-22, 2020.
- REZENDE, Joana Levi Mortera de. **Teatro e Embriaguez: Uma perspectiva da atividade artística a partir de Nietzsche e Artaud**. 2020. Tese de Doutorado.
- ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Geografia Clássica - uma contribuição para história da ciência geográfica geográfica**. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente, 1997.
- ROVANI, Franciele Francisca Marmentini; CASSOL, Roberto. **Cartografia ambiental: contribuições nos estudos geográficos**. Revista Brasileira de Cartografia, n. 64, p. 2, 2012.
- SANTOS, Gleys Ially Ramos dos et al. **Mulheres em Movimento: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins**. 2013.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, Vera Maria dos. **A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX**. São Cristóvão, 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.
- SANTOS, Vera Maria dos. **História do pensamento geográfico**. v. 1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.
- SAUER, O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). Paisagem tempo e cultura, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. In: SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 7, 2003.
- SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 7, 2003.
- SILVA, Aldo Aloísio Dantas. **Conexidade e Geografia**. Revista Cronos, v. 3, n. 1, p. 11-25, 2002.
- SILVA, J. M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas**. Espaço e Cultura, [S.l.], n. 27, p. 37-54, jun. 2010. ISSN 2317-4161.
- SILVA, Tatiane Regina da et al. **Geografia e pensamento decolonial: um diálogo necessário**. 2020
- SILVA, Vicente de Paulo da; SILVA, Rene Gonçalves Serafim. **A Geografia e o estudo da vida cotidiana: um caminho para a compreensão do espaço**. Caminhos de Geografia, v. 15, n. 50, p. 164–171-164–171, 2014.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- SOUSA, Alemar Moreira de Sousa. **O espaço que ousa dizer seu nome: territórios GLTBS de Goiânia**, 2005. Universidade Federal de Goiás–Dissertação de Mestrado.

STAFFORD, Bárbara M. **Voyage in to Substance: Art, Science, Nature and the Illustred Travel Account, 1760-1840.** Cambridge, MIT Press, 1984. In: VITTE, Antonio Carlos. A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de Geografia Física. *geousp Espaço e Tempo* (Online), v. 10, n. 2, p. 33-52, 2006.

STEENBOCK, Walter et al. **Agrofloresta agroecológica: por uma (re) conexão metabólica do humano com a natureza.** Guaju, v. 6, n. 2, p. 47-70, 2021.

STRACHULSKI, Juliano. **O percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica e perspectivas atuais.** Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais–UEG/Câmpus de Iporá, v. 4, n. 2, p. 03-33, 2015.

SUETERGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a epistemologia da geografia.** Cadernos Geográficos. Florianópolis, n. 11, p. 1-63, maio, 2005.

TEDESCO, J. C. **Paradigmas do cotidiano** – introdução à uma constituição de um campo de análise social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 216 p. In: SILVA, Vicente de Paulo da; SILVA, Rene Gonçalves Serafim. A Geografia e o estudo da vida cotidiana: um caminho para a compreensão do espaço. *Caminhos de Geografia*, v. 15, n. 50, p. 164–171-164–171, 2014.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul Marie Joseph; FERNANDES, Francisco Assis Martins. **Princípios de geografia humana, 1954.** In: FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. “**Princípios de geografia humana**”, de Paul Vidal de La Blache. *Geografia e Pesquisa*, v. 9, n. 1, 2015.

VITTE, Antonio Carlos. **A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de Geografia Física.** *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), v. 10, n. 2, p. 33-52, 2006.

VITTE, Antonio Carlos. **O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física.** *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 6, n. 11, p. 71-78, 2007

VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. **Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 17, p. 607-626, 2010.

VITTE, Antonio Carlos; SPRINGER, Kalina Salaib. **A ciência humboldtiana: relações entre a sensibilidade e a mensuração na gênese da geografia física.** *Revista do Departamento de Geografia*, v. 21, p. 167-177, 2011.

ZAVATTINI, João Afonso. **A produção brasileira em climatologia: o tempo e o espaço nos estudos do ritmo climático.** *Terra Livre*, n. 20, p. 65-100, 2003.